



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI N.º 119 — SÃO PAULO, JULHO DE 1967

— REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248



"Vão indignar-se com a proibição imposta aos seus colegas portugueses de discutirem os seus problemas em associações académicas livremente eleitas..."

## Estudantes Brasileiros nas Universidades Portuguesas

O governo de Salazar tomou em junho uma iniciativa que alcançou considerável repercussão entre a opinião pública brasileira: abriu as portas das Universidades de Portugal aos "excedentes" de Medicina do Brasil, isto é, aos jovens que, embora tendo sido aprovados nos exames de admissão, se acham impedidos de prosseguir os seus estudos por falta de vagas nas faculdades de Medicina existentes.

Uma intensa campanha de propaganda acompanhou o gesto do regime fascista. Através das notícias encaminhadas aos jornais, pretendem as autoridades diplomáticas fascistas dar a impressão de que o ensino superior atingiu em Portugal um nível de eficiência e uma organização que são perfeitamente compatíveis com iniciativas congêneres. A ditadura portuguesa não se limitou aliás a aceitar as matrículas dos jovens estudantes de Medicina do Brasil; afirma ter tomado já as indispensáveis providências para que lhes sejam asseguradas condições de alojamento favoráveis e económicas.

A imagem que semelhante comportamento visa a criar entre a opinião pública deste País é evidentemente incompatível com aquela que se fixou há muito na memória do brasileiro médio: a de um regime fascista que persegue a cultura e não oferece à juventude um mínimo de oportunidades. Mas a manobra demagógica está votada a um malogro rotundo.

Se Salazar houvesse pesado devidamente todas as consequências do seu ato, estamos certos de que não teria em hipótese alguma tomado uma iniciativa de tamanha ressonância e desfecho tão perigoso para ele. A sua vitória de Pirro não tardará a transformar-se em amarga derrota. E os artifícios desta serão os próprios estudantes brasileiros.

Dois aspectos fundamentais devem ser considerados. Em primeiro lugar a descoberta que os futuros médicos brasileiros vão fazer da realidade portuguesa e, particularmente, do que é a Universidade sob tutela fascista. Vão descobrir, com espanto, que em Portugal não há "excedentes" porque o direito ao saber é um privilégio reservado a uma minoria; vão aprender que tudo é pago, em matéria de Ensino, no Portugal de Salazar, desde a entrada no Liceu até ao fim da Universidade; vão inteirar-se de que Portugal é, na Europa, o País com menor percentagem de população universitária e a mais elevada taxa de analfabetismo; vão revoltar-se à idéia de que 300 brasileiros possam ser convidados a estudar nas Universidades portuguesas onde é bem menor o número de representantes africanos vindos de três colónias com mais de 11 milhões de habitantes; vão averiguar que em Angola, ainda há seis anos, apenas 0,1% da população negra tinha direitos de cidadania; vão perceber

o que é um aparelho de terror policial montado cientificamente; vão escutar, comovidos, longos relatos de torturas, perseguições e assassinios políticos; vão entender o que é na prática a censura à imprensa e ao livro; vão indignar-se com a proibição imposta aos seus colegas portugueses de discutirem os seus problemas em associações académicas livremente eleitas; vão ser informados de que há portugueses condenados a prisão perpétua pelo seu amor à liberdade e à dignidade humanas; vão ler nos jornais que o povo vive bem, mas logo se darão conta de que o País pertence a uma oligarquia intimamente ligada aos monopólios estrangeiros; vão ouvir diariamente a propaganda oficial afirmar que a Nação vibra com as proezas dos seus filhos na "cruzada contra os comunistas africanos", mas o quotidiano logo lhes revelará a profundidade da repulsa popular por uma guerra monstruosa e uma ansia geral de Paz; vão adivinhar sem esforço a humilhação dos portugueses ante a presença arrogante dos militares alemães que se comportam já como donos do País...

E contarão tudo isso às famílias, transmitindo ao Brasil uma imagem exata e atualizada do Portugal fascista de Salazar e do outro Portugal, o autêntico, aquele que luta heróicamente pela sua liberdade.

O outro aspecto a que aludimos é um corolário do que acabamos de expor. A descoberta da realidade portuguesa transformará automaticamente os estudantes brasileiros em aliados dos estudantes portugueses. Conhecemos bem o espírito democrático da juventude brasileira. E isso nos traz a certeza de que os môços que vão estudar nas faculdades de Medicina de Portugal se identificarão do modo mais completo com os seus colegas. Vamos mais longe. Não se limitarão a emprestar-lhes solidariedade nas lutas por eles travadas contra o obscurantismo fascista; participarão ativamente dessas lutas, desafiando também a PIDE e levando Salazar a arrependê-lo tardiamente de os ter chamado a Portugal.

"Portugal Democrático", por todos os motivos expostos, não pode deixar de se regozijar pela ida dos estudantes brasileiros para Lisboa, Porto e Coimbra. Quanto mais, melhor! O convívio fraterno dos jovens de ambos os países e a certeza que temos de que participarão das mesmas lutas e aspirações contribuirá incomparavelmente mais para a criação de uma autêntica comunidade luso-brasileira do que a existência de tratados artificiais.

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

## Ainda o Escândalo dos Passaportes

Os democratas portugueses, da Venezuela, vítimas também das arbitrariedades dos consuladados salazaristas, acabam de tomar uma iniciativa semelhante à Unidade Democrática Portuguesa, enviando uma exposição sobre o assunto à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas. O documento, elaborado pela Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, é do seguinte teor:

1) — Uma vez mais a Junta Patriótica Portuguesa de Venezuela em nome dos portugueses democratas, está ante V. Exas. para denunciar uma nova arbitrariedade do regime ditatorial de Portugal. É o caso que desde há vários anos, as autoridades consulares portuguesas acreditadas em Venezuela seguem a prática de negar passaportes aquêles compatriotas que pelas suas opiniões políticas e dignidade pessoal estão contra o atual governo português.

Vários dos nossos compatriotas, de todas as esferas culturais e económicas têm sido virtualmente proibidos de viajarem a outro país que não seja Portugal, já que o governo mandou instruções aos seus serviços diplomáticos no sentido de que os opositores ao regime só têm direito ou a ficar no país onde residem ou bem a regressar a Portugal, o que significaria pôr em perigo a própria vida. Está todavia o caso de que a alguns compatriotas se lhes dá autorização para permanecer em território português, somente durante três meses; e a outros que na esperança de visitar Portugal se nacionalizaram venezuelanos, tem-lhes sido negada licença para entrar em território português. Para terminar este ponto diremos que há casos em que alguns compatriotas não podem sequer conseguir passaporte de classe alguma, ou seja nem para Portugal nem para outro país.

2) — Considerando que esta prática é absolutamente contrária ao espírito da carta dos Direitos Humanos e que a mesma causa graves prejuízos a vários compatriotas que deste modo são impedidos de se deslocarem ao exterior por razões profissionais ou de outra índole, a Junta Patriótica Portuguesa solicita que estes fatos — os quais se repetem em vários outros países onde existem núcleos de portugueses democratas — sejam devidamente estudados por essa Comissão, em atenção às alíneas do Parágrafo 2 da Resolução 728 F (XXVIII do Conselho Econômi-

(Continua na pág. 7)



## A CONJUNTURA PORTUGUESA - I

A INDUSTRIALIZAÇÃO  
VOLTADA PARA O COMÉRCIO

Tendo concluído a publicação dos principais capítulos de "Rumo à Vitória", iniciamos neste número a divulgação de outro importante trabalho do mesmo autor.

Os monopólios e os imperialistas estão interessados directamente na exploração da mão-de-obra a baixo preço e isso significa baixo poder de compra dos trabalhadores. As limitações do mercado interno são uma consequência da política de desenfreada exploração da classe operária e de ruína do campesinato e da pequena burguesia, resultantes da centralização e da concentração. São uma consequência contraditória da política do governo fascista de que este não pode sair. Daí aparecer cada vez com mais nitidez, nos planos de "fomento", nos projectos de cada sector económico e de várias grandes companhias, em esforços para agrupamento e especialização de empresas, nos critérios de financiamentos e de concessão de créditos bancários, a identificação do desenvolvimento económico com a colocação dos produtos no mercado externo.

Uma boa parte dos portugueses andam descalços, mas pensa-se em reorganizar a indústria de calçado para a exportação, e a Dunboot de Nova-Iorque manifesta o propósito de nela investir 1 milhão de dólares desde que lhe sejam fornecidos 1.500 pares de sapatos de criança por dia. Milhões de portugueses vestem-se andrajosamente, mas a indústria têxtil quer continuar a desenvolver-se na base de exportações. O povo português quase não come carne, mas projecta-se o fomento pecuário para que a carne siga para o estrangeiro. A fruta e os legumes são caros e maus, mas pensa-se desenvolver a fruticultura e a horticultura para exportar.

Trata-se duma orientação geral de toda a política económica fascista.

Que se passou e passa, por exemplo, com os adubos químicos?

Quando da instalação da indústria, apresentava-se como finalidade a necessidade de aumentar, para o progresso agrícola, o consumo de adubos químicos.

Depois, justificou-se a passagem da produção de hidrogénio por via electrolítica para o fabrico de hidrogénio químico, pela possibilidade de produzir para satisfazer as necessidades do país e de mais baixos custos de produção, de que a agricultura beneficiaria ("D. das Sessões", 21-11-1952. Relatório da Associação Industrial Portuguesa, 1955, P. 79).

Mais tarde, quando as fábricas se ampliaram, ainda o Ministro da Economia sublinhava tratar-se de produzir adubos "de que a agricultura nacional tanto carece para desenvolvimento da sua produção" (Ministro da Economia sobre a ampliação da fábrica de Estarreja, "D. de Notícias", 13-6-1956).

As grandes companhias fabricantes de amoníaco exigiam então facilidades para a ampliação das instalações "para segurança e expansão do mercado interno" e a CUF, na luta que travava contra as pre-

tensões monopolistas da SACOR no ramo dos adubos, argumentava com a necessidade do "barateamento dos produtos" (Relat. do Cons. de Administração da UFA, 1956).

Quando essa competição CUF-SACOR terminou por um entendimento e uma fusão de interesses na Sociedade Portuguesa de Petroquímica e nos Nitratos de Portugal, o Ministro da Economia ensarteou "a criação, pela baixa de preços médios, de novas condições de prosperidade no domínio da atividade agrícola (J. do Comércio, 12.8.1957).

Entretanto, que se passou? A lavoura teve de pagar o arxónio por preço mais alto do que se a indústria não tivesse sido instalada. Os adubos produzidos em Portugal tornaram-se os mais caros da Europa. A agricultura em vez de favorecida, viu-se pior que dantes. O consumo de adubos químicos em 1963 foi inferior ao de 1959. E os monopólios dos adubos, completamente indiferentes aos interesses da economia e da agricultura nacionais, passaram a produzir com os olhos postos na exportação. A exportação de adubos que, em 1959, foi de 64.000 toneladas atingiu as 186 mil toneladas em 1963.

Tal como nos adubos, o desenvolvimento industrial em numerosos ramos está a ser orientado de costas voltadas para o mercado interno. O presidente da A.I.P., C. Garcia Alves, no I Colóquio da Exportação afirmava que "não é mais possível manter a atitude simples de projectar produzir para o mercado local" (sic) e que "o esforço de exportar tornou-se, sobretudo, condição de sobrevivência económica" ("J. Comércio", 9-3-1965).

Em diversos ramos industriais (cortumes, calçado, vidros, linho, bolachas e biscoitos, malhas, refinação de petróleos, madeiras, seda, metalomecânica, telecomunicações, fios têxteis, pasta para papel, pneus, etc.) admitem-se como irremovíveis os baixos consumos nacionais, põe-se a exportação como objectivo fundamental. Instalam-se fábricas apenas para exportar e chega-se a gabar que aumente a exportação, diminuindo a produção.

Não deixa de haver vozes raras, de especialistas competentes, que chamam a atenção para os perigos duma tal política. "Não é possível (escreve o eng. Araújo Correia) alargar a exportação em termos sensíveis, sem mercado interno e adequado". (Parecer sobre as Contas Públicas de 1963). Mas essas vozes, que refletem uma visão mais objectiva dos fenómenos económicos, não são ouvidas nem atendidas pelos monopólios ávidos de lucros, nem pelo seu governo fascista.

Se o desenvolvimento industrial tropeça com a estreiteza do mercado interno, qual a solução verdadeiramente nacional? Não é difícil determiná-la. O que se impõe antes de mais nada é alargar o mercado interno, elevar o poder de compra da população, aumentar os salários, pôr uma barreira à política de ruína das classes médias. Mas o "Plano Intercalar" coloca a questão em termos inversos. "Em face do escasso consumo interno" (diz) existe "a premente necessidade de a

indústria se voltar para a exportação" (vol. 1, p. 283).

Se, nos moldes tradicionais, já a economia portuguesa sofre as oscilações da procura dos principais produtos de exportação (vinhos, conservas, cortiças, minérios), essa anomalia irá generalizar-se a todos os setores da economia com essa nova orientação voltada para o mercado exterior.

A vida económica nacional tal como se projeta, ficará na completa dependência de fatores internacionais, mais concretamente dos interesses do imperialismo estrangeiro. Durante uns anos (ou meses) alguns monopólios poderão alcançar fabulosos lucros. Depois, dum momento para o outro, poderá estoirar a crise: "capacidade não utilizada", fábricas que encerram, empresas que liquidam, desemprego, mercadorias que se amontoam ou vendem ao desbarato, e, sempre mais e mais a "mão protetora" do imperialismo estrangeiro, a "salvar" os monopólios portugueses à custa do povo português e da independência portuguesa.

Da orientação geral na indústria (assim como na agricultura) voltada para o comércio externo resultará: a manutenção ou agravamento dos salários de fome, a estagnação dos consumos internos e mesmo a sua eventual restrição, a aceleração da centralização e concentração de capitais, a acentuação do domínio imperialista.

(Continua na pág. 7)

ONTEM COM HITLER  
HOJE COM BONN - 4

Publicamos abaixo a continuação do importante documento "Ontem com Hitler, hoje com Bonn".

Mas não contentes com tal auxílio e com tais traficâncias os alemães resolveram aumentar a produção das minas que possuíam ou dominavam em Portugal, e, sob a complacente e criminosa "vigilância" das autoridades salazaristas, prepararam-se para esgotar as nossas riquezas mineiras:

Telegrama de Lisboa para Berlim  
Lisboa, 10-2-1943  
Nr. 446 de 10-2

Acêrca do informe de 29 Nr. Wi 632  
(...) Parece-me necessário um imediato exame, objectivo e real, das possibilidades de extracção, sem consideração à planificação futura.

Assinado: Huene

A colaboração de Salazar com o nazismo trouxe grandes prejuízos económicos à nação. A troca de matérias primas por material de guerra era já um golpe profundo numa economia atrasadíssima que necessitava de equipamentos reprodutivos.

Se novos preços estavam em estudo para determinadas mercadorias de que o Eixo tinha necessidade, logo este era informado para se abastecer antes da saída das novas tabelas. Quem, servia de espião? "Fontes altamente confidenciais"...

Telegrama de Lisboa para Berlim  
Lisboa, 8-1-43  
Nr. 69 de 8-1

Urgentissimo  
(...) Conforme scube a Embaixada, de fonte altamente confidencial, é de esperar nos

próximos dias um decreto sobre a monopolização do comércio de resina e terebentinas, (...).

Serão estabelecidos novos preços. (...)

A Embaixada foi aconselhada a assegurar o mais depressa possível os depósitos que restam. (...)

Assinado: Huene  
Se os traficantes nazis do "mercado negro" eram, por engano apanhados logo as autoridades escandalosamente os protegiam. Acêrca de um alemão acusado de "transacção ilegal com minério de escrituração falsificada" e de "falta de pagamento ao pessoal", relatava o embaixador Huene:

Telegrama de Lisboa para Berlim  
Lisboa, 10-2-43  
Nr. 446 de 10-3

Acêrca do informe de 29. Nr. Wi 632  
(...) Sòmente em atenção à Alemanha se evitou até agora, fazer prisões".

Assinado: Huene  
Mas se a Embaixada Alemã se queixava de "compras ilegais" por parte dos aliados logo as suas queixas eram recebidas e tomavam-se medidas imediatas:

Telegrama de Lisboa para Berlim  
Lisboa, 4-8-43  
Nr. 2698 de 3-8  
Ha. Pol. 4857 g.

Acêrca do telegrama de 2. Nr. 2220  
(...) As informações apresentadas pela Embaixada ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros tiveram como resultado que o Primeiro Ministro Salazar ordenasse à Polícia um imediato inquérito sobre as queixas alemãs.

(...) Entretanto a Polícia encontrou provas da actividade ilegal dos agentes inimigos e apresentou-as ao Ministro da Economia.

A Comissão Metalúrgica disse que ia liquidar imediatamente o caso. (...)

Assinado: Dietmar  
O governo salazarista tomava pois, com rapidez, todas as precauções para a defesa dos interesses nazis.

Quando o governo estabeleceu uma regulamentação para o estanho semelhante à existente para o volfrâmio, a Embaixada alemã informou Berlim nos seguintes termos:

Telegrama de Lisboa para Berlim  
Lisboa, 7-1-43  
Nr. 44 de 6-1

(...) O Decreto foi motivado pelos grandes açambarcamentos dos ingleses, que daqui em diante serão evitados. (...)

Assinado: Huene  
Não se pode ser mais claro.

Os Salazaristas e os  
Prisioneiros de Guerra

Em Portugal, na estreteguardas, como se diz agora em linguagem oficial os salazaristas pretendem a cada passo que fazem a guerra em Angola, na Guiné, em Moçambique, em nome de Deus, da Pátria e da civilização ocidental. Entretanto, não há dia que passa sem que os salazaristas pratiquem mais e mais crimes contra a Pátria, contra os princípios mais elementares dos Direitos do Homem, de qualquer civilização, de qualquer religião.

Da Guiné Bissau, trazida pela mão de um oficial português que lá combateu e que lá conheceu de perto os horrores e os escândalos da guerra colonial, chegou-nos agora às mãos uma circular de comandos do exército português, destinada a oficiais e soldados.

E' a circular n.º 3. Ao alto tem o título: «O Prisioneiro». Em baixo, recomenda em nota: «Leia a circular com um soldado à escolha e troque impressões sobre o texto. O texto, distribuído pelos comandos do exército português, aos oficiais e graduados que se encontram em Guiné Bissau, para ser discutido com todos os soldados, diz o seguinte:

«Um militar que combate sob uma bandeira envergando um uniforme, quando feito prisioneiro pelo adversário, tem direito a que sempre o respeitem como soldado. E' apenas obrigado a informar o captor, do seu nome, número e unidade a que pertence.

O terrorista não é soldado pois em combate não está sujeito aos riscos inerentes ao uso do um uniforme que o identifique como combatente adversário. Foge, esconde-se, mascara-se na população. Está mais próximo de assassino do que de militar.

Segundo a moral dos exércitos, combatente que seja apanhado sem uniforme, é fuzilado. E' importante fazer prisioneiros. Só eles podem fornecer informações actualizadas e é essa a razão porque não os fuzilamos, uma vez que nos assiste esse direito, devido a eles combaterem sem estarem identificados.

O terrorista tem de ser oficialmente interrogado. Nem todos estarão aptos a responder às perguntas que lhes fizermos acêrca da sua organização; porém todos eles sem excepção, deverão informar quem é o chefe directo, os seus camaradas habituais, os seus subordinados — e onde tem actuado. Procedendo dêste modo, con-

seguiremos descobrir a sede do terrorismo e destruí-la.

Se não obtivermos dum terrorista estas informações, estamos a ser inefficientes, irresponsáveis.

Dá-se-lhe oportunidade a que ele fale de livre vontade. Se o não fizer, dever-se-á adoptar medidas mais eficientes que rapidamente o convençam a colaborar. Fuzilá-lo até como a moral militar manda que se faça a todo o combatente aprisionado que não esteja identificado por uniforme.

Não é um problema de tortura. É antes um problema de eficiência.

No combate joga-se a vida. Não dá oportunidade ao IN de te vencer.

Faz a guerra com eficiência.

Amigo, Companheiro, Camarada!

São estes os textos que os comandos fascistas dão em Guiné Bissau como devem dar em Angola e Moçambique, aos oficiais e graduados, para serem discutidos com soldados portugueses para serem aplicados por soldados portugueses!

Se isto é o que os comandos fascistas escrevem com completo cinismo, em letra de fôrma, para ensinar soldados portugueses, jovens portugueses, que crimes e quantos crimes, quantos!, não estarão a ser praticados todos os dias, quase todas as horas, em nosso nome, no nome do nosso País, contra populações que lutam simplesmente pelos seus direitos?

Em nome da eficiência, o governo de Salazar, os comandos fascistas das forças armadas portuguesas, fazem da guerra colonial uma escola de torturadores e assassinos de que são vítimas populações inteiras. Com tudo isto, não é só o bom nome de Portugal, o prestígio do nosso País, que está sendo rojado pela lama, numa guerra infame. E' a própria juventude portuguesa que está ameaçada de vir a ser corrompida e envelhecida numa guerra que é uma autêntica escola de formação de milhares e milhares de torturadores e matadores sem escrúpulos e sem princípios, de milhares de agentes da PIDE!

Portugueses! A guerra colonial salazarista é uma escola de violência e de terror anti-popular! A guerra colonial não defende Portugal, ataca Portugal!

Basta de violência!

Fora com os crimes salazaristas!

(Transmitido pela Rádio «Voz da Liberdade, Argel)

Toalhas Plásticas  
rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:

PRAÇA DA SÉ, 17/21  
SAO PAULO



# Notas e comentários

## AUMENTA O MAL ESTAR NO EXÉRCITO

Os altos comandos fascistas mostram-se extremamente preocupados com a evolução do estado de espírito nos escalões inferiores do Exército. A certeza que se instalou já em todos os militares de que a guerra colonial não pode ser ganha e que o tempo joga a favor dos patriotas africanos produz aquilo que os generais fascistas designam por "estragos irreparáveis no moral". Durante muito tempo as preocupações principais eram causadas pelos soldados, cuja resistência à guerra principiava no ato de embarque, para se prolongar nos quartéis de Luanda e da fronteira e atingir as mais variadas formas no mato, com frequentes recusas de obediência. Depois, com o alastramento das "operações" à Guiné (Bissau) e a Moçambique o panorama diversificou-se e complicou-se extremamente. A oficialidade superior, salvo raras exceções, sabe que a guerra não tem solução, mas vê nela um bom negócio. Os coronéis e os majores encaram uma nomeação para África como um presente dos deuses. Longe da frente, não arriscam um cabelo e recebem salários gordos, acrescidos de todas as vantagens decorrentes de se acharem "em campanha". Dois anos de comissão em África é quanto basta hoje a um oficial superior para se transformar num pequeno capitalista.

Outra é a perspectiva do oficial subalterno. Entre os milicianos, particularmente, cresce a cada dia a revolta contra uma guerra que, sob todos os prismas, se lhes afigura odiosa. A ida para África significa para muitos o abandono dos estudos ou, na melhor das hipóteses, o adiamento indefinido de todos os planos de vida, desde o exercício da carreira escolhida ao casamento. Por outro lado, a perspectiva da morte é bem mais real do que geralmente se pensa. As listas de baixas em combate são cada vez mais frequentes e extensas. Até há pouco, Angola merecia a preferência, pois a atividade militar restringia-se praticamente à região de Cabinda. A abertura pelo M.P.L.A. da nova frente, na fronteira de Zâmbia, junto ao caminho de ferro de Benguela veio colocar ante opções igualmente desastrosas todos os oficiais subalternos em vésperas de seguir para África. A Guiné é encarada como um inferno e as histórias que correm sobre as condições da guerra no Niassa são desmoralizantes.

A tudo isso cabe ainda acrescentar a tendência, hoje quase generalizada dos jovens que terminam os seus cursos para condenar moralmente a guerra que o fascismo impõe às populações africanas. Embora o nível médio de politização dos oficiais jovens seja ainda baixo, observa-se entre eles uma rápida tomada de consciência. O contato brutal com as realidades de uma guerra criminosa obriga à reflexão e a grande maioria dá-se conta, pelo me-

nos parcialmente, da existência de uma engrenagem em que os soldados e os oficiais de baixa patente são meras marionettes. O regresso a Portugal daqueles que abriram os olhos em África vem-se constituindo assim num instrumento de desmistificação. Um oficial subalterno repatriado há pouco da Guiné falando para um grupo de colegas e estudantes, numa reunião íntima embora ampla, fez um relato impressionante da guerra, manifestando a opinião de que as forças do P.A.I.G. são militarmente imbatíveis, pois têm uma organização mais adequada ao tipo de guerra que travam e lutam com o apoio integral das populações e com o entusiasmo de quem se bate pela conquista da independência. Reuniram-se como essa tornaram-se ultimamente frequentes e são muitos os que desejam assistir a elas. Não é de estranhar assim que entre os jovens chamados às fileiras, o descontentamento seja de molde a alarmar o alto-comando fascista. Os fatos justificam essas preocupações dos generais de Salazar: em março, viram-se forçados a ordenar a despromoção de uma dezena de oficiais milicianos na Escola Prática de Infantaria de Mafra. Motivo: não inspiravam confiança. Por outro lado, corre insistentemente o boato de que um capitão, de nome Mansilha, também miliciano, desapareceu na Guiné. As versões são desconhecidas. Para uns, teria sido liquidado pela PIDE, para outros tratava-se de mais um caso de deserção.

## CIVIS CONTRA MILITARES

No clima geral de desencanto e preocupação que caracteriza a vida nas capitais das colónias atingidas pela guerra, vão longe os tempos em que os civis confraternizavam jubilosamente com os militares, vendo nesses salvadores providenciais. Hoje, os mitos da propaganda fascista não funcionam mais, nem mesmo entre os colonos ultras. Em Bissau, os atritos entre civis e militares quase não existem, porque o número dos primeiros, na cidade sitiada, é insignificante. Mas em Lourenço Marques e em Luanda o ambiente é outro.

Em Angola, principalmente a tendência para encarar o militar português como um intruso e um inimigo potencial deixou de se observar apenas entre a população de origem africana. Os conflitos entre brancos, civis e militares, tornaram-se moeda corrente. Exceptuadas as altas patentes que vivem num mundo à parte, de festas, caçadas e inspeções, temperadas por constantes viagens à África do Sul e à Rodhesia, a presença da tropa é um fator de perturbação cada vez mais sensível. Os oficiais queixam-se de ser tratados com desconfiança e sobranceira por colonos "quase analfabetos" mas cheios de dinheiro. Em Luanda, especialmente, os dois campos apresentam-se bem divididos. Entre as muitas acusações que os moradores brancos da cidade formulam contra os homens de

farda avultam as de que são desordeiros, grosseiros e amorais. As rixas nas ruas são diárias, com tiroteio à noite pelas questões mais fúteis, envolvendo soldados, civis e PSP. A Polícia Militar patrulha toda a área urbana, faz constantes rusgas em tabernas, cafés e boites. O número destas e de prostíbulos aumentou de modo a causar preocupações, pois a presença da tropa gerou uma importação maciça de meretrizes.

Nos bairros negros, então, a situação tornou-se intolerável. Os comandos militares procuram isolar completamente os musseques da cidade branca, mas o resultado desses esforços é medíocre. Os habitantes da "cintura negra" representam uma obsessão permanente para os generais fascistas. A revolta fermenta nos musseques e é ali cada vez maior o número de elementos do M.P.L.A., dispostos a lutar pela independência da sua terra. As rusgas do Exército e da Polícia são quase diárias e caracterizam-se pela violação dos mais comensais princípios de humanidade. Recentemente foram presas, numa área reduzida, em poucas horas, mais de mil pessoas, por não possuírem bilhete de identidade. Normalmente, após essas rusgas bárbaras, durante as quais são quase sempre abatidos dois ou três africanos "por fugirem" ao controle, uma apreciável massa popular é encurralada numa praça e permanece durante longas horas cercada por um cordão militar, por "falta de cadeias para tanta gente". Depois, as horas vão correndo lentamente e nada se passa. As ordens daqueles que montaram a "operação" não chegam. Os primeiros protestos são os dos presos; mas a eles não tardam a juntar-se os dos militares, indignados por não serem rendidos. Muitas vezes, a situação perdura inalterável noite afóra. E na manhã seguinte a ordem que vem é a confirmação do crime perpetrado. Chega um oficial superior, faz ameaças, agride ou manda agredir uns quantos presos e dá instruções para que todos sejam libertados. Cenas que lembrariam o teatro do absurdo se não se traduzissem por sofrimentos e humilhações sem conta para um povo ao qual, na sua própria terra, são negados todos os direitos...

## DERROTAS MILITARES NA GUINÉ

O Governo fascista sabe que a guerra está perdida na Guiné (Bissau). Os jornais têm instruções do SNI e da Censura para reduzirem ao mínimo o noticiário sobre o que ali ocorre e os vários Ministérios, sempre tão prolixos na sua tarefa de inventarem acontecimentos e inaugurações nas "províncias ultramarinas", ressaltando o progresso económico e cultural, mantêm-se praticamente silenciosos a respeito da Guiné.

Embora nãoousem confessá-lo, os generais de Salazar pensam que o menor dos males seria a manutenção do status quo atual. Desistiram de reconquistar as zonas libertadas pelo P.A.I.G. e tratam apenas de proteger os setores da colónia ainda nas mãos do Exército. Os sucessivos malogros do aparelho militar salazarista na ilha de Como causaram, contudo, novas preocupações, alarmando inclusive as poucas famílias portuguesas ainda residentes

em Bissau. Até há pouco, a convicção generalizada no alto comando era a de que Bissau jamais correria perigo enquanto as forças colonialistas dispusessem do domínio naval e aéreo. Agora, essas certezas transformaram-se em dúvidas. Como é uma ilha e o fato é que todas as tentativas empreendidas para a reconquistar se saldaram por outras tantas derrotas. Em toda a zona insular, o pânico instala-se assim nos espíritos dos elementos colonialistas, civis e militares. Correm de boca em boca histórias sobre os combates de Como, Diz-se, por exemplo, que a tropa portuguesa não consegue penetrar no interior da ilha, mantendo-se a custo numa pequena praia que lhe serve de reduto. Recentemente, uma ofensiva de que participaram forças de terra, mar e ar falhou rotundamente. Houve um bombardeamento que durou vinte e quatro horas consecutivas e que deve ter causado mais de uma centena de mortes entre os habitantes da ilha, mas os defensores mantiveram-se firmes, sem ceder terreno.

Outro fato que contribui para a desmoralização da oficialidade fascista é a substituição crescente, em várias zonas de combate, dos guerrilheiros por unidades regulares do Exército de Libertação Popular da Guiné e Cabo Verde. Essas unidades, muito bem uniformizadas e equipadas, dispõem agora de artilharia, inclusive peças de longo alcance. Vários aquartelamentos portugueses têm sido bombardeados com frequência, a partir de bases do P.A.I.G., situadas a menos de dez quilómetros de distância. Em Bissau foi recebida com espanto e humilhação a notícia de que um comando nacionalista penetrou há semanas numa vila fortificada, onde se achava estacionada uma forte guarnição portuguesa, e realizou ali uma sessão de propaganda política, retirando-se depois, sem ser atacado, deixando minas à entrada da povoação. A guarnição dormia a sesta e não se apercebeu de nada, até que explodiu a primeira mina.

## O PROCESSO DELGADO EM ROMA

Como as agências noticiaram, a viúva Delgado, acompanhada pelo seu advogado, dr. Mário Soares, chegou no fim de maio a Roma, onde foi reaberto o processo relativo ao assassinio do general Humberto Delgado. Em Espanha, apesar da tenacidade do juiz espanhol Marquez Crespo, o processo acabou sendo arquivado, sob as mais variadas pressões, entre as quais as do próprio Chefe de Estado, Franco.

As primeiras notícias que nos chegam de Roma confirmam ter sido a P.I.D.E. a autora do crime, com a cumplicidade criminosa de Mário de Carvalho e Ernesto Bisogno, residentes em Roma, e Henrique Cerqueira, residente em Marrocos. Estes, em estreita colaboração com a P.I.D.E., em Lisboa, teriam atraído o general Delgado à cidade de Badajoz.

Se foi possível ao Governo de Salazar obter, no arquivamento do processo em Espanha, a cumplicidade do Governo de Franco, não nos parece possível que outro tanto possa vir a acontecer na Itália.

É, no entanto, na força da opinião pública mundial que

confia a Oposição Democrática Portuguesa. Se nenhuma dúvida já resta quanto aos autores do assassinio, a verdade é que os democratas portugueses de todas as tendências exigem que o processo seja levado ao seu termo.

## COISAS DE MACAU...

Em Macau continuam acontecendo coisas estranhíssimas. Tudo é possível naquela longínqua colónia portuguesa. A República Popular da China, que estabeleceu em dezembro p.p. o seu protetorado sobre a pequena cidade e as ilhas vizinhas, continua tolerando a presença da administração colonial fascista e fecha os olhos a muita coisa. Permitiu, por exemplo, que recentemente se realizasse uma manifestação pro-salazarista em que pequenos grupos, depois de desfilar pelas ruas, entregaram ao governador uma mensagem de apoio irrestrito à ditadura fascista e ao seu chefe, pronunciando-se pela integridade do Império... Excentricidades semelhantes divertem ao que parece as autoridades de Cantão, responsáveis pelo que se passa em Macau. No quotidiano, porém, a vida flui exatamente como em qualquer outra cidade chinesa. A bandeira portuguesa é a nota anacrónica no ambiente. A emissora portuguesa de Macau divulga agora todas as manhãs, durante um quarto de hora, hinos maoístas, e nas ruas circulam numerosos veículos com alto-falantes, difundindo discursos anti-britânicos e anti-imperialistas. Retratos enormes de Mão Tse-Tung enfeitam esses carros. Por outro lado, o governador, consultado a respeito, deu instruções à polícia para não impedir que as paredes do consulado britânico fossem cobertas, de alto a baixo, de letreiros anti-ingleses. Uma manhã a cidade apareceu inundada de cartazes enormes com a seguinte inscrição: "O imperialismo e todos os reacionários não passam de tigres de papel!" Nem um só foi arrancado pela polícia.

A recente decisão de Washington de ordenar a retirada dos cidadãos norte-americanos, sob a alegação de que Macau não é lugar seguro para residência de norte-americanos foi um golpe terrível para o turismo e para o jogo. Vários casinos e casas de jogo já fecharam as suas portas. A certeza de que Macau deixou de ser um negócio, motivou aliás uma reunião especial do Conselho de Ministros. Franco Nogueira apegou-se à defesa da atual situação. O ultra Silva Cunha defendeu uma linha de "firmeza" ante a China. Disse não ver que interesse possa ter para o governo uma "ficção de soberania" e sugeriu que se oferecesse Macau a Chang Kai-Chek como testa de ponte para a invasão do Continente". Por incrível que pareça, tão baixo desceu o nível intelectual do rebanho fascista, a idéia foi bem acolhida por muita gente e Salazar e Franco Nogueira tiveram de desenvolver grande atividade para moderar os ímpetos guerreiros de certos ministros e explicar-lhes que o sr. Silva Cunha não sabe o que diz...

Entretanto, o festival anti-britânico prossegue em Macau. A última foi o enforcamento numa praça pública, ao som de

(Continua na pág. 7)



# Sobre Alguns Aspectos da Situação Política Nacional

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Iniciamos hoje a publicação de um resumo de um longo artigo em que o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues analisa alguns aspectos importantes da conjuntura política portuguesa e de modo especial os relacionados com as perspectivas abertas pelo processo de desagregação do fascismo.

Tódas as informações chegadas de Portugal confirmam o agravamento da crise económica, política e militar em que se vem debatendo o fascismo. De um lado, acentuam-se as contradições internas do regime; de outro as contradições que o opõem a todo o povo português. Entre a reduzida minoria de privilegiados, o temor pelo futuro cedeu lugar ao pânico. Segundo estimativas de uma fonte democrática, dignas de todo o crédito, ascenderia já a 14 milhões de contos (quase 500 milhões de dólares) o montante do dinheiro colocado no Exterior pelos capitalistas assustados com a evolução da conjuntura. Uma das medidas reveladoras do desespero do regime foi a recente nomeação do major Silva Pais, diretor da PIDE, para o cargo de Inspetor Geral das Atividades Económicas. O significado dessa iniciativa é claro, desfazendo de vez as últimas ilusões daqueles que teimavam em acreditar numa iminente "liberalização". Enfrentando situações cada vez mais complexas e com reflexos demolidores no terreno económico-financeiro, o fascismo prepara-se para a batalha final, dando o primeiro passo para a militarização de toda a vida nacional. A entrega das Atividades Económicas à PIDE é uma vitória do setor ultra que visa um objetivo ditado pelo desespero: a transformação de organismos administrativos em organismos policiais e de espionagem. É a consagração oficial emprestada a uma política de generalização do terror.

Militarmente, a situação também se agravou muito. O total das forças estacionadas nas três principais colónias africanas ultrapassa 110.000 homens. Por maior que seja a ajuda dos monopólios internacionais interessados em que Salazar defenda com sangue português os seus lucros nababescos, a guerra colonial está arruinando Portugal. As perdas em vidas e em material situam-se em níveis cada vez mais elevados. Na Guiné (Bissau), o alto comando fascista já renunciou à ilusão de reconquistar a maioria do território libertado pelo P.A.I.G.; em Moçambique, toda a vastíssima região do Niassa é considerada "zona apodrecida" e o controle da FRELIMO sobre extensas áreas é um fato que ninguém desconhece em Lourenço Marques; em Angola, o fortalecimento do M.P.L.A. traduz-se pela transformação da 3.ª Região, na fronteira de Zambia, na principal frente de luta, obrigando o Exército colonialista a enfrentar uma situação inteiramente nova e que não fora prevista. A ameaça da derrocada é tão real que um deputado salazarista, o brigadeiro Fernando de Oliveira, proclamou da tribuna da chamada Assembleia Nacional (17 de janeiro), com a sua autoridade de militar, que a guerra "vai durar não sabemos quantos anos", acrescentando em desabafo irritado: "Nada

de afirmações de que a guerra está quase ganha, ou que vai em breve sê-lo!"

Os oito milhões de contos previstos para despesas militares em 1967 revelam aliás o que as palavras de Salazar e dos ministros tentam esconder: a guerra colonial é um desastre nacional para o qual o fascismo não pode encontrar solução.

## OTIMISMO SÁDIO E OTIMISMO NEGATIVO

A evolução da conjuntura, solapando ainda mais as bases de sustentação do fascismo, já minadas pelas suas próprias contradições, gerou nos últimos meses um ambiente de otimismo entre as forças que o combatem. O crescendo do descontentamento popular contra a política anti-nacional de Salazar é um fator positivo que a ninguém escapa. As conclusões que as forças políticas da Oposição tiram da realidade objetiva e das ações de massas que são o seu reflexo variam entretanto muito, consoante a natureza dessas forças e a perspectiva que têm sobre a problemática portuguesa. De um lado, há o otimismo sadio dos que, confiando no povo e apenas nele, vêem no processo de desagregação do regime um elemento dinamizador das grandes ações de massas que criarão as condições mais favoráveis ao levantamento nacional. A marcha irreversível dos acontecimentos confirma dia a dia o acerto da estratégia insurrecional seguida por aqueles que, a partir de uma análise rigorosamente científica, formularam as teses que preconizam uma solução violenta — por ser a única possível — para o derrubamento do fascismo. E esse otimismo é inteiramente justificado, porque nunca como agora se reuniram condições objetivas tão favoráveis à rápida liquidação do regime. A classe operária, as massas trabalhadoras da cidade e do campo, os estudantes e grande parte dos intelectuais progressistas têm hoje a convicção firme de que urge vibrar no fascismo os golpes decisivos que o abaterão para sempre e que tais golpes não podem ser filhos de um impossível diálogo, mas sim o resultado de um confronto direto, frontal, violento entre o povo e a engrenagem policial-militar existente. A saída insurrecional impõe-se a essas forças não apenas como necessidade inelutável mas como a única que abre ao povo português uma perspectiva revolucionária. E a saída insurrecional significa uma luta permanente, corajosa, cheia de riscos, uma luta travada nas fábricas, nos latifúndios, nas universidades, nos quartéis, uma disposição de ir até o fim sem desfalecimentos, a certeza de que a grande vitória final não nascerá mágicamente, mas será o fruto de todas as lutas menores e ingratas, escarnecidas só pelos que não têm fibra para delas participarem.

Ao lado desse otimismo sadio

dos que não agem em função de resultados imediatos, dos que nunca perderam a confiança nas massas, desenvolve-se outro tipo de otimismo. É esse não nos parece trazer consigo benefício algum. É o otimismo dos que, em face do processo acelerado de desagregação do fascismo, admitem a queda deste como fato praticamente consumado e, nas suas congeminações, dão já maior atenção ao que fazer depois de Salazar do que propriamente ao problema-chave de como destruir o regime. Forças políticas extremamente heterogeneas participam da convicção gratuita e perigosa de que o regime cairá com o primeiro empurrão ou se desagregará mesmo como fruto pôdre. De comum, a aproximá-las, observa-se em todas elas uma predisposição para excluir as massas dos seus planos, ou, mais precisamente, para elaborarem tais planos sem tomar em conta a existência das massas. As razões dessa omissão são várias, indo da descrença ao temor. Todos esses grupos e personalidades políticas não escondem a sua quase certeza de que serão os entendimentos de cúpula, os compromissos assumidos à revelia das massas, que selarão o destino de Salazar (ou da sua herança). Entre tais elementos há muitos democratas autênticos, dignos de todo o respeito pelo seu passado de lutas e pelo seu desinteresse. Têm pressa e, na sua boa fé, não se apercebem que colaboram numa política que acaba favorecendo o fascismo.

## "FASCISMO DE ESQUERDA"...

Mas há também personalidades cuja conduta é a decorren-

cia lógica de um oportunismo evidente. Não acreditam na possibilidade de um processo revolucionário em profundidade e, o que é pior, algumas não o desejam. Embora nãoousem confessá-lo, vivem e lutam na esperança de participarem da herança do fascismo através da negociação. Daí a tendência cada vez mais acentuada que revelam para não hostilizar determinados elementos do regime que se lhes apresentam como futuros interlocutores possíveis. Não desconhecem que é ponderável o número de generais e coroneis insatisfeitos (outra não é a lição da dança constante dos comandos) e que o choque entre os ultras do regime, como um Kaulza de Arriaga ou um Silva Cunha, e os "liberais", como um Marcelo Caetano ou um Adriano Moreira — golpista por vocação e oportunismo — é dia a dia mais sensível. Para marcar o fôssco que separaria os irredutíveis dos conciliadores criou-se mesmo uma terminologia nova: o "fascismo de direita" e o "fascismo de esquerda". O diálogo com os representantes do último, para certos opositoristas, seria uma prova de realismo. E, em defesa dessa posição, acumulam os que assim pensam argumentos que procuram apresentar como sendo de todo. A CUF, monopólio-simbolo, estaria ansiosa por ver chegar o fim do regime; a maioria dos altos comandos revelaria impaciência crescente; Salazar sofreria de doença incurável, o que exigiria decisões; e por aí adiante. O que não falta são boatos.

(Continua)

# COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

## ANGOLA

As guerrilhas do Movimento Popular de Libertação de Angola continuam desenvolvendo intensa atividade na região leste que se converteu na principal frente de combate angolana.

No dia 10 de abril uma companhia do Exército português que viajava em oito caminhões, caiu numa emboscada preparada pelas forças do MPLA, entre Cazombo e Luambala. Segundo um comunicado divulgado em Dar-Es-Salam, morreram no encontro 75 soldados portugueses e 57 ficaram feridos.

Quatro dias depois, a 14, entre Monteiro e Ninda, dois caminhões e dois jeeps foram atacados. O MPLA anunciou posteriormente ter morto 72 soldados.

No dia 18 de abril, após uma ação repressiva de um destacamento português contra a aldeia de Kulungulungu, as guerrilhas do MPLA, alertadas, entrevistaram e abateram nove soldados e cinco auxiliares angolanos que os acompanhavam, apreendendo farto material de guerra, principalmente explosivos.

A 20 de abril, próximo de Dilolo, nova emboscada. Saldo: um oficial e três soldados mortos.

No dia 29 de abril, quatro lanchas foram atacadas pelas guerrilhas, no rio Lunguenvungu. O MPLA afirma ter abatido 24 dos tripulantes militares e mais doze de outras duas lanchas enviadas em socorro das primeiras. As seis embarcações teriam sido destruídas.

No dia 30 de abril, um comboio militar português, submetido a intenso fogo, teria experimentado grandes perdas, avaliadas em 25 mortos e 42 feridos.

## GUINÉ

Publicamos, a seguir, um resumo das principais operações militares na Guiné (Bissau) no mês de abril.

No dia 1, as tropas portuguesas fizeram um raid contra a base do PAIG em Sahara, onde se acha instalado o Hospital da Frente Norte. Os atacantes foram repelidos, sofrendo mais de 20 baixas.

No dia 3, uma unidade do Exército de Libertação Popular atacou o campo fortificado de Binar, destruindo várias casernas e infligindo mais de 30 baixas aos defensores.

No dia 6, uma vedeta portuguesa embateu numa mina, no rio Naga, afundando-se com a

(Continua na pág. 6)

## Cinco Tarefas Para os Grupos de Escuta

Temos muitas vezes dito aos microfonistas da «Voz da Liberdade»: Não chega estar de alma e coração contra o fascismo, não basta opor-nos individualmente à opressão salazarista, para que o fascismo e a opressão desapareçam da nossa terra e a liberdade triunfe na nossa Pátria.

É preciso unirmo-nos, é preciso organizarmo-nos, é preciso caminharmos decididamente para a luta a fim de conquistarmos a vitória.

Nós democratas, nós anti-fascistas, somos a grande, a imensa maioria dos portugueses, somos na realidade a nação inteira.

Mas para impormos a nossa força, para varrermos da nossa terra o regime salazarista da miséria, da guerra, da exploração e do crime, precisamos de dar corpo à nossa força, de nos organizarmos, de agir, de nos constituirmos pelo nosso esforço e pela nossa ação, a organizarmos, a darmos mais vida e mais dinamismo à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Da «Voz da Liberdade», nós propomos desde já a todos os nossos companheiros 5 tarefas, 5 tarefas simples que levadas à prática nos tornarão mais fortes, nos permitirão dar novos passos no desenvolvimento da nossa luta de libertação.

Nós propomos em 1.º lugar, que cada companheiro procure 3 ou 4 amigos sérios e organize com eles um grupo de escuta de «A Voz da Liberdade».

Os grupos de escuta de «A Voz da Liberdade», a reunião regular de democratas à beira de «A Voz da Liberdade», podem e devem ser um largo movimento de organização unitária de todos os democratas portugueses.

Nós propomos, em 2.º lugar, que cada grupo procure imediatamente — por todas as formas ao seu alcance — e, designadamente através de cartas postas no estrangeiro, o contacto com a Voz da Liberdade e o envio regular de informações concretas, locais ou nacionais, políticas e económicas, sobre os crimes do fascismo e a disposição de luta do nosso povo.

O envio regular para a VOZ DA LIBERDADE de informações e até de publicações e recortes, o estabelecimento de relações regulares com a Voz da Liberdade, deve ser uma das preocupações de cada grupo de escuta. Cada grupo de escuta deve ser um grupo de colaboradores da rádio, um grupo de colaboradores organizados da Voz da Liberdade.

Nós propomos, em 3.º lugar, que cada grupo de escuta, procure levar ao conhecimento de outros portugueses a existência da Voz da Liberdade.

Escrever nas paredes, nas ruas, nas estradas, nos muros as horas e os compromimentos de ondas em que podemos ser ouvidos; escrever o horário das emissões e os compromimentos de ondas da Voz da Liberdade ou em pequenos papéis que se podem facilmente meter nas caixas do correio de outras casas, deve ser uma preocupação de cada grupo de escuta.

Em 4.º lugar, nós propomos a cada grupo de escuta, que sempre que possível grave as nossas emissões de maneira a poder dar conhecimento delas a outros democratas, a outros portugueses sérios que querem lutar, que querem unir-se ao movimento da resistência contra a exploração, contra a miséria, contra a guerra e não sabem ainda como o fazer. O envio, uma vez por outra de exemplares dessas gravações para a Voz da Liberdade, indicando-nos as regiões em que foram feitas, podem ajudar-nos a beneficiar os programas e a melhorar as condições técnicas de audição.

Finalmente, em 5.º lugar, os grupos de escuta, da Voz da Liberdade, podem e devem ajudar a distribuir o nosso «Jornal Liberdade», órgão da Frente Patriótica de Libertação Nacional, indicando-nos, de forma segura, de maneira que a PIDE não possa interceptar a informação — para onde podemos enviá-lo. O Liberdade pode ser enviado pelo correio. Mas as informações sobre moradas só deverão seguir por carta do estrangeiro e nunca deverão ser postas no correio, em Portugal, pois como se sabe, a cada passo, a PIDE viola a nossa correspondência. Amigos, Companheiros e Camaradas! São estas as cinco tarefas simples que imediatamente vos propomos.

Ao trabalho amigos! Unidos, unidos no pensamento e unidos sobretudo no esforço, na ação, na luta, somos invencíveis. Levemos por diante estas cinco tarefas!

Portalegamos o nosso movimento! Transmítido pela Rádio «Voz da Liberdade»



# Desafronta à Memória do Bispo da Beira

Todos os democratas portugueses sabem que o bispo da Beira, Don Sebastião Soares de Rezende, recentemente falecido foi em vida uma figura de exemplar comportamento que, pelas suas atitudes como homem e como membro da hierarquia religiosa, soube impor ao respeito e à admiração de todos os fiéis autênticos da sua diocese, fossem eles moçambicanos ou portugueses, negros ou brancos. Mas como Don Sebastião de Rezende não aceitou nunca as teses do fascismo colonialista e jamais se conformou com os crimes praticados em Moçambique pela PIDE e pelo exército colonialista, as autoridades fascistas daquela colônia, que em vida não tiveram coragem de enfrentar o corajoso antistite, procuraram enxovalhar-lhe o nome depois de morto. Contra essa tentativa reafirmamos maciçamente o clero da Beira, enviando a Salazar a carta que abaixo publicamos:

Excelência:  
O Clero da Diocese da Beira, que recentemente foi provado, por Alto Designio de Deus que humildemente aceita, com o falecimento daquele que foi seu muito querido Bispo, lamenta muito, e muito sinceramente, sentir-se na necessidade de apresentar, perante Vossa Excelência, o seu respeitoso e sereno, mas veemente protesto contra o procedimento tomado pelas Exmos. Governantes em Moçambique, contra a memória do santo Bispo, do infatigável Evangelizador e exemplar Cidadão, que foi Dom Sebastião Soares de Rezende.

O Clero da Diocese da Beira sabe e sabe que se tem feito sentir implacavelmente a força silenciadora da Censura, a qual não permite, expressões originais de amor à figura do grande missionário, que impede em Moçambique as transcrições do que na Metrópole se consentiu fosse publicado; e que vai até ao ponto de impedir a publicação, na imprensa, da oração fúnebre proferida por um Prelado de Moçambique, nas exéquias solenes de 30.º dia, com que foi sufragada a alma do falecido Bispo da Beira.

Todos nós estamos certos, Excelência, que o caso não é tão somente um atropelo vulgar ao direito de liberdade de expressão; trata-se de um insulto intencional a um Morto que a nós é muito querido. E esse insulto queremos repudiá-lo, pelo que em si mesmo contém de hediondo, e porque não nos consente o espírito admitir que possa dar-se à pequenez de alguns vivos o direito de espezinhar a grandeza de alguns mortos.

"Os mortos mandam" — Vossa Excelência, o lembrou, não há muito tempo. Ao Clero da Beira, Excelência, a memória do que foi nosso muito querido Bispo, Dom Sebastião Soares de Resende, mandamos exaltarmos a santidade da sua vida cristã; a abnegação da sua vida missionária; a retidão da forma como serviu a Deus e a Moçambique, sem nunca ter permitido que cifras se interpusessem na prática da sua fé nem na caridade que pôs ao serviço de todos os seus próximos, indistintamente. Porque a sua memória isto nos ordena, e porque, na injúria à sua memória nos sentimos, gravemente injuriados, apresentamos junto da Vossa Excelência um protesto, respeitoso e sereno, mas veemente.

É com respeito que nos subscrevemos,  
De Vossa Excelência,  
Attos Ven. os e Obg.s.  
Joaquim Barata, Victor Nijs,

Luc d'Arbre, Manuel Sabudo Mucuro, João Pedro Pickard, Pedro Pérez Gadea, Peter Klein, Manuel Marques, Joaquim Teles Sampaio, Martinho Gonçalves Cardoso, Arnaldo Augusto Gomes de Lacerda, Monsenhor José Soares Martins, Monsenhor António Duarte de Almeida, Manuel Magalhães, Vasco Fernandes, Gerard Appelman, Stephanus Driessen, Gerardo João

Cras, Pedro Cools, José Martens, Salvador B. Ferraté, José Vicente Vaño Belda, Rogério Blomme, Joaquim Marques de Oliveira, Arnaldo Groot, Carlos Pollet, Pierre Perreault, Marcel Amport, Wilhelm Seilea, Walter von der Hout, Mateus Pinho Guengere, Ivon Choulnard, José V. Sotillo, Francisco Lambert, António José Ribeiro e António Verdaasdonk.

## SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"OS SILENCIOS DE FATIMA"

Nunca uma viagem de Paulo VI foi tão contestada. Para além das reticências de natureza política (hostilidade a um regime ditatorial e colonialista, apesar da etiqueta de "nação fidelíssima") e de natureza religiosa (mal estar ante certas formas de culto mariano, particularmente entre os cristãos da Reforma), pode-se descortinar em tudo uma razão mais importante: as três deslocações anteriores do Papa eram, no essencial, compatíveis com o espírito do concílio, eram gestos de otimismo, de abertura e de atenção para com o mundo exterior à Igreja; para com a ortodoxia, o judaísmo e o Islão (Jerusalém); para com os países familiares da Ásia (Bombaim); para com os esforços de unificação política (ONU).

Desta vez, Paulo VI foi a um país sociologicamente católico onde a religião conservou formas quase sempre atrasadas e onde o compromisso entre as autoridades eclesiásticas e os poderes públicos é evidente.

O Papa aproveitou essa viagem para chamar a atenção com ênfase especial para um duplo perigo: de um lado, o poder de desagregação de certas ideologias cristãs, novas, que conspiram contra a "tradicional consistência" dos grandes mestres da teologia; de outro a loucura destruidora de uma humanidade que "se apresenta atafalhada de armas terrivelmente mortíferas" e que parece ter-se embrenhado na temível engrenagem da violência. É uma mensagem de inquietação, digamos mesmo de angústia, lançada de uma terra de velho cristianismo perante um vasto auditório de fiéis tradicionais.

Múltiplas precauções foram, sem dúvida, tomadas para que semelhante peregrinação permanecesse no terreno exclusivamente religioso e fez-se o máximo para que não pudesse ser interpretada como um aval ao regime português. Mas para bem a compreendermos é necessário levar em conta certos silêncios e a sobriedade dos atos protocolares. Porque em lado algum houve reservas explícitas. Nem uma palavra — mesmo velada — na boca do autor da enciclica "Populorum Progressio" contra o colonialismo impenitente de uma nação que deveria dar o exemplo em função mesmo dos seus laços oficiais com a Igreja. Nem uma alusão — mesmo sutil — às violações da liberdade de que são vítimas tantos portugueses, sacerdotes ou leigos.

O Papa não só se manteve silencioso a esse respeito, mas, unilateralmente, deplorou — na tradução oficial do seu discurso distribuída à imprensa — os atentados à liberdade civil e religiosa de que se tornam culpados os países "onde a negação de Deus é apresentada como representativa da verdade dos tempos modernos".

Dito isto, é abusivo censurar a Paulo VI o ter-se deslocado ao santuário de Fátima (até porque ele acabava de definir com rigor, num documento especial, os exatos limites do culto mariano) e inclusive a sua presença em Portugal. Não dependeu do Papa que esta viagem não tivesse sido precedida de outra, desejada, à Polónia. Fátima é apenas um marco numa cadeia de deslocações sobre a qual não se deve emitir um juízo imparcial antes de findo o atual pontificado. Garantia da unidade católica numa época excepcionalmente difícil em que aumenta perigosamente o fosso entre conservadores e inovadores, um Papa deve ser mais do que nunca o homem de todos, e está no seu lugar onde quer que a sua presença seja desejada.

(in "Le Monde" S.H., 11/17 de Maio)

### DIALOGO

"Ao mesmo tempo em que amplia as suas bases internas, a diplomacia brasileira procura restabelecer o diálogo com o terceiro mundo, ciente de que muitas de suas posições precisarão de apoio externo localizado especialmente no conjunto de países subdesenvolvidos. As embaixadas africanas, no Rio, já estão informadas de que será revisto, em termos práticos, o apoio incondicional do Brasil à política de Portugal. Há a esperança, inclusive, de que o governo brasileiro consiga promover uma fórmula de conciliação entre Portugal e os países da África, embora muitos considerem essa conciliação impossível.

O fato é que o problema das relações com Portugal terá de ser encarado objetivamente pelo Itamarati até outubro deste ano, quando o ministro Magalhães Pinto provavelmente irá à Argélia, para a reunião dos setenta e sete países que firmaram o manifesto das "nações proletárias", na Conferência do Comércio e de Desenvolvimento de Genebra. O Brasil atua com destaque nesse campo. O Comitê organizador do encontro de Argel é presidido por um brasileiro, embaixador Azeredo Silveira, que surpreendeu o "New York Times" com seu energético protesto contra a marginalização dos países subdesenvolvidos dos benefícios da liberalização do comércio internacional determinados pelo "Kennedy Round". Há pouco, numa entrevista ao "El Moujahid", jornal da Frente de Libertação Nacional, da Argélia, o embaixador Azeredo Silveira afirma que a importância da conferência de Argel está no fato de que ela "reunirá todos os países em vias de desenvolvimento", independente de ideologias políticas ou sistemas de governo."

(Newton Carlos, in "Folha de São Paulo", São Paulo)

# LUTAS POPULARES

**BARREIRO** (do correspondente) — Como salientamos em nossa última correspondência amplia-se a frente de luta por melhores salários e condições de trabalho. Face aos constantes aumentos dos generos de primeira necessidade, aos aumentos dos impostos que recaem principalmente sobre os bens de consumo e sobre os rendimentos de trabalho, não resta outra alternativa aos trabalhadores portugueses senão a da organização e da luta por melhores condições de vida. Dentro do contexto fascista, as lutas reivindicativas assumem logo um caráter político iniludível. Desta forma, não têm razão certos líderes da Oposição que clamam contra o indiferentismo do povo, apresentado como causa fundamental do atraso da luta política em Portugal. E a prova que a classe operária continua na vanguarda da luta pelo derrubamento do fascismo está nas numerosas ações que ela conduz diariamente, enfrentando o poderoso aparelho repressivo. A seguir relatamos algumas das lutas desenvolvidas nos últimos meses pelos trabalhadores portugueses, vítimas da mais brutal e cruel opressão.

### AUMENTO NA CUF

Após longos meses de lutas, que tomaram as mais variadas formas, desde os abaixo-assinados, concentrações, "cera" e paralização, os trabalhadores da CUF acabam de obter uma vitória parcial. O aumento de salários pelo qual vinham lutando, foi parcialmente conquistado. A grande maioria dos operários recebeu 4 escudos de aumento. Mas os empregados e o pessoal mensal em geral receberam à volta de 10%. As mulheres, de um modo geral, receberam também só 4 escudos e as de salários mais baixos 6 escudos. O salário mínimo passou de 52 para 60 escudos. A reação geral foi de descontentamento, pois os salários mais baixos, que foram aumentados, continuam não chegando para enfrentar a assustadora carestia da vida e os salários mais altos receberam aumentos ridiculos. Por outro lado foram excluídos do aumento os operários considerados "indisciplinados", isto é os que tradicional-

mente encabeçam as ações reivindicativas, e os que estão prestes a atingir a reforma. É certo, pensam os operários, que se não fosse a luta e a pressão que vinha a ser exercida desde há bastante tempo, o pouco que veio não teria vindo, e as condições ainda teriam sido piores. Espera-se novas ações dos trabalhadores contra as injustiças praticadas, contra a magreza do aumento para a maior parte dos trabalhadores e contra as fortes e injustificadas diferenciações que ainda continuam a verificar-se.

### GREVE VITORIOSA NA FEX

No dia 13 de janeiro as 1.000 operárias da empresa americana FEX recorreram à greve para obrigar a gerência a pagar os salários da semana. Perante a ameaça de adiamento do pagamento de salários, as operárias concentraram-se junto do escritório e uma onda de indignação cresceu indomável. Queremos os nossos salários" gritavam iradas as 1.000 operárias da FEX. Ao mesmo tempo, para além das porções da fábrica, outra concentração massiva se ia formando: era o povo que acorria, não só para observar, mas também para apoiar a luta.

Barricando-se no escritório, gerentes e funcionários superiores da Firma chamaram as forças repressivas. Com a chegada à fábrica da Guarda Nacional Republicana, recrudescou o clamor e a combatividade das operárias. Para isolar as trabalhadoras do povo, os guardas fecharam os portões da fábrica, tentando amedrontá-las. Mas as valentes operárias, apesar das ameaças de prisão por parte da G.N.R., continuaram firmes nos seus protestos, não aceitando a promessa dos gerentes de que pagariam os salários na 3.ª feira seguinte.

Perante a firme determinação das operárias, a gerência comprometeu-se a efetuar o pagamento no sábado, dia seguinte, e a G.N.R. responsabilizou-se pelo cumprimento dessa promessa. As operárias concordaram então, não sem decidirem que realizariam uma marcha de protesto ao posto da G.N.R., se o prometido não fosse cumprido. E no dia seguinte (Continua na pág. 7)

Um livro que coloca

Salazar no banco dos réus...

## Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa

de Américo Boavida

Uma obra de desmistificação em que um médico angolano denuncia e define com precisão o que é o regime colonial português em sua terra, documentando suas afirmativas com informações e dados; estarecedores.

UM VERDADEIRO LIBELO CONTRA

O COLONIALISMO SALAZARISTA

Um lançamento da Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Pedidos pelo Reembolso:

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 RIO DE JANEIRO — GB.



## Pela amnistia e contra a repressão

### AGRAVAM-SE AS CONDIÇÕES DE VIDA NAS PRISÕES POLÍTICAS PORTUGUESES

A situação dos presos políticos da cadeia de Peniche continua a agravar-se, com aumento de castigos, restrições na entrada de livros etc. Recentemente, os presos foram avisados de que o tempo de visita dos seus familiares lhes seria reduzido, de duas horas para uma hora. O democrata Agostinho Saboga, que se encontrava em tratamento no Reduto Sul da Prisão de Caxias voltou para Peniche, "de castigo", com mais dois companheiros, João Cemilo e Joaquim Amaro, que também interromperam o tratamento que estavam realizando. O problema da assistência médica aos presos continua sendo muito grave. Embora quase todos os detidos políticos se achem com a saúde fortemente abalada, não existe em Peniche mais do que um médico de clínica geral, quando a assistência médica especializada (neurologia, estomatologia, oftalmologia etc.), seria de absoluta necessidade. Casos graves, como o do preso Afonso Gregório (com grave doença psíquica), e o do engenheiro Fernando Blanqui, continuam sem merecer a devida atenção. Carlos Aboim Inglês acha-se internado no hospital S. João de Deus, gravemente doente, tendo sido submetido a radiografias que confirmam a gravidade do seu estado. Para além do sofrimento do fígado e do coração, Carlos Aboim Inglês tem o sistema nervoso fortemente abalado e sofre também de acentuado cansaço cerebral, consequência de 8 anos de cadeia. Em Caxias, a estudante Ligia Calapez está bastante doente. Sofre de epilepsia que a faz desmaiar frequentemente. Segundo consta, o próprio diretor da Cadeia considera o caso grave, embora nada faça para lhe dar remédio.

### CASTIGOS ARBITRÁRIOS E PROVOCAÇÕES

Multiplicam-se os castigos arbitrários e as provocações dos carcereiros mais odiosos para os presos. Devido à atitude provocatória do guarda Loureiro deu-se um incidente com presos do Pavilhão A, um dos quais se descontrolou, recebendo depois o monstruoso castigo de 70 dias de segredo, único nos anais repressivos desta cadeia. Devido às ações e protestos de todos os presos, o castigo foi suspenso aos 25 dias, mas provisoriamente. Um outro incidente entre um guarda e o velho prisioneiro Manuel Rodrigues provocou um injustificado castigo de iso-

lamento por 15 dias a todos os presos da sala — com os quais nada absolutamente se passava — e de 20 dias para Manuel Rodrigues, devido à participação mentirosa do famigerado guarda Poupá. Também pela ação odiosa deste, foi castigado com cinco dias de isolamento o preso João Honrado.

### REIVINDICAÇÕES DOS PRÊSOS POLÍTICOS DE PENICHE

Os democratas aprisionados no Forte de Peniche têm conseguido fazer chegar ao exterior as suas principais reivindicações, que abaixo resumimos. Trata-se, como se verá, do atendimento aos mais elementares Direitos do Homem, espezinhados pelos carcereiros fascistas.

1. Melhoramento da assistência médica e de uma forma geral, de toda a que atualmente é prestada aos presos doentes. Graças à firme ação dos presos e de suas famílias já foi conseguido o afastamento do médico Bonifácio, provento e autentica nulidade clínica. Entretanto, as condições continuam deficientes, pois o atual médico, dr. Bulhau, que não hostiliza os presos, está porém muitos dias sem aparecer. Por outro lado, mantém-se a velha questão da inexistência das consultas de especialidade, agravada com a crescente dificuldade de hospitalização dos presos doentes. Presos gravemente doentes, como Agostinho Saboga, José Carlos, Afonso Gregório, António Santo, Lindolfo, Blanqui, Magro etc., só com muita dificuldade e incuria têm sido tratados. A própria Direção Geral da Saúde Pública está na origem de tais obstáculos, pois para a atual população de presos políticos apenas são reservados, no Hospital-Prisão de Caxias, oito leitos, muitas vezes vagos e em absoluto insuficientes. O caso das consultas dentárias é dramático. Os presos são com muita frequência abandonados às dores e infeções, e vão perdendo todos os dentes por ausência de tratamento protético.

2. O regime atual e as condições técnicas das visitas são para os presos dos problemas mais sentidos. O atual parlatório é uma coisa desumana e degradante e o novo, cuja construção se arrasta há mais de 2 anos é agora paralizada, parece não ser melhor, no dizer dos carcereiros, embora por vezes o desdizgam. Há mais, porém: o chefe dos guardas já deu a entender que o tempo de visita seria reduzido para metade. Contudo, o aspecto mais sentido continua a ser a recusa a dar visitas em

comum nas quadras mais festivas (Natal, Ano Novo, Páscoa) e alargar o seu número por ano, atualmente restringido a uma única por ocasião do aniversário do preso e esta mesmo com dramáticas reduções do número de pessoas.

A todas as diligências dos presos neste sentido é dada a mais formal recusa e ultimamente mesmo o chefe dos guardas disse ter ordem para não dar seguimento a pedidos com esse objetivo.

Dizem que se trata duma irrevogável decisão do Ministro da Justiça e da D.G. S.P. (o que contraria as afirmações destes às famílias de que é uma determinação da direção da cadeia). As condições atuais degradantes para todos, são-no ainda mais para as crianças, filhos dos presos, privados assim uns e outros de qualquer comunicabilidade.

3. A quantidade e qualidade do rancho continuam a ser deficientíssimas e em regressão neste momento. Apesar de haver sido aumentada a verba para a alimentação verifica-se a diminuição das quantidades de peixe, certas refeições de carne, são sem exagero quase só ossos e muito pouca carne, sendo muito pouco variados os pratos. Mesmo no capítulo da confecção deixa muito a desejar, embora, como é evidente, o cozinheiro (preso comum) não possa fazer milagres com os exíguos gêneros postos a sua disposição pelo economo e pelo dispenseiro.

Pode afirmar-se que sem o reforço alimentar vindo das famílias, a dieta seria nitidamente insuficiente para assegurar um nível razoável de alimentação. E falando em "dieta" deve frisar-se a prática ausência de dietas para os presos doentes que dela necessitam (e muitos são) e vêem cada vez mais abalada por isso a sua saúde. A questão da alimentação prisional deve pois considerar-se como outra das mais sérias e está decerto na origem dos casos mais graves ali passados no capítulo da saúde.

Há depois uma série de problemas que sendo menos importantes não deixam de pesar sensivelmente na situação dos presos. São eles os da entrada de livros, em especial em língua estrangeira, e das dificuldades postas ao estudo dos presos; a categórica recusa à entrada de gira-discos ou rádios transistores ainda que só por onda média, e claro, como questão permanente e sempre das mais sentidas, a supressão dos castigos, das arbitrariedades, das provocações e um tratamento humano, e respeito pela dignidade dos presos políticos.

## Estudantes do Vietnã solidários com J. Bernardino



### AUTORIDADES FASCISTAS NÃO ACEITAM DIRIGENTES ACADÊMICOS

Não foram homologados pelo Ministério da Educação Nacional os seguintes dirigentes académicos do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, eleitos pelos seus colegas: Matos Silva (Vice-Presidente da Mesa da Assembléa Geral); Carlos Morais (Vice-Presidente), Manuel Portela (efetivo do Conselho Fiscal) e Vitor Louro e Sá (suplente do Conselho Fiscal). Pensa-se que as razões ministeriais para a não homologação se filiam no fato de estes estudantes terem sido sancionados em 1965 com penas de repressão e suspensão (por períodos curtos) devido à atividade que então desenvolveram na luta pelas liberdades académicas.

### ELEIÇÃO COM VOTAÇÃO RECORD EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS

No Instituto Superior de Ciências Económicas de Lisboa realizaram-se eleições, tendo sido eleita a lista associativa (livre) por 546 votos, num total de 599 votantes, o que é o novo record da escola. A Juventude Universitária Católica havia publicado um comunicado, convidando os colegas a votarem. A campanha foi bem preparada com várias reuniões, numa das quais estiveram presentes mais de 200 estudantes.

## COLONIALISMO...

(Continuação da pág. 4)

explosão. As outras embarcações do comboio português ripostaram ao fogo dos canhões do PAIG, postados nas margens, travando-se prolongado duelo de artilharia.

Nos dias 8, 10 e 13, a base portuguesa de Naga, foi submetida a intenso bombardeamento de morteiros e artilharia.

No dia 11, um destacamento colonialista vindo de Mansoa caiu numa emboscada, sofrendo 17 baixas.

No dia 14, uma base portuguesa, situada nas proximidades de Porto Gole foi atacada por unidades do PAIG, vindas de Sahara. As casernas, os armazéns e as fortificações foram destruídas. As baixas portuguesas su-

biram 16 mortos e 18 feridos. No mesmo dia uma unidade do Exército regular atacou o campo entrenchado de Barro. A operação iniciou-se com um bombardeamento em que intervieram morteiros-de 82, canhões sem recuo e bazookas. O combate prolongou-se por quatro horas. Segundo um comunicado do P.A.I.G., 45 soldados portugueses perderam a vida, havendo ainda a registrar 19 feridos.

No dia 15, travaram-se combates perto da base de Mansodé, do PAIG e da base portuguesa de Naga. Num golpe de mão contra esta, um comando do exército regular destruiu dois caminhões, matando ainda três soldados portugueses.

## Difusão Europeia do Livro

Mais uma vez procurando atender aos diversos interesses do público leitor, acaba de lançar as importantes obras da dramaturgia e literatura clássica e contemporânea, AULULARIA, de Plauto, TEATRO ESCOLHIDO de Jean Anouilh, O BÓBO, de A. Herculano e SURSIS, de J. P. Sartre (reedição), além de um excelente trabalho do sociólogo Juarez Brandão Lopes, CRISE DO BRASIL ARCAICO. Anuncia para breve o GUIA PRÁTICO DA TRADUÇÃO FRANCESA, de Paulo Rónai e GEOGRAFIA DOS MARES, de F. Doumenge.

Pedidos:

DIFFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO  
RUA BENTO FREITAS, 362 — 6.º ANDAR  
SÃO PAULO



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO



# Lutas Populares

(Continuação da pág. 5)

As operárias da FEX receberam os seus salários. Foi uma arrojada luta e uma grande vitória.

## LUTA NA SIDERÚRGICA NACIONAL (PAIO PIRES)

A administração da Siderúrgica Nacional decidiu passar todo o pessoal a mensal e simultaneamente retirar o direito ao recebimento do subsídio do turno, tradicional vantagem operária. Quando os operários, em fins de março passado, receberam os talões de salários, recusaram-se a receber os cheques, protestaram veementemente, largaram as máquinas e locais de trabalho e dirigiram-se em massa aos escritórios da gerência, onde se concentraram, sempre protestando contra o roubo que estavam procurando fazer-lhes. Um engenheiro fugiu e foi chamar a Guarda Nacional Republicana, que imediatamente se apresentou na fábrica, munida de capacetes de aço, metralhadoras, cavalos e fuzis. Os operários porém não se atemorizaram com todo este aparato bélico e só dispersaram depois de uma representação do Tribunal do Trabalho de Setúbal ter prometido que o caso seria julgado imparcialmente e que, se a razão lhes pertencesse, teriam as suas exigências atendidas. Depois deste compromisso assumido pelo Tribunal do Trabalho os operários acataram os cheques, mantendo integralmente as suas reivindicações: o subsídio do turno deve ser acrescido ao salário mensal que lhes cabe ganhar.

## MAIS AUMENTOS — NOVAS VITÓRIAS

Em janeiro as operárias da EC (Fábrica de Parafusos de Santa Iria), tiveram um aumento de 4 escudos diários. Nessa altura, operários da oficina de mecânica em pequenos grupos, pressionaram os mestres para que fossem aumentados. O aumento finalmente veio e foi da ordem de 8 escudos. Na A.N. (também de Santa Iria), uma vez mais os trabalhadores se bateram, organizados numa comissão de 10, com a administração, por um aumento geral. Finalmente conseguiram um pequeno aumento de 4 escudos para os homens e 2 escudos para as mulheres). Perante a insatisfação geral esperam-se novas lutas. Na Fábrica de Papel da Abelheira (Tojal) a luta assumiu o seguinte aspecto: foi constituída uma comissão de 5 operários que, passando por cima da C.U. reconhecida oficialmente, escolheu a forma de luta a seguir, comunicando-a a todos os turnos. Deste modo, num dia escolhido previamente, os 3 turnos de dia, em numero de 40 homens cada um, à medida que entravam na fábrica, antes de pegar no trabalho, dirigiam-se em massa aos escritórios e expunham a sua pretensão. Não assentavam num aumento determinado, mas exigiam que este fosse imediatamente concedido. Finalmente, o aumento chegou: 6 escudos para os homens e 3 para as mulheres. Dada, porém a sua insignificância, o aumento não foi aceite e a luta prossegue.

## GREVE DAS CONSERVEIRAS DE MATOZINHOS

Numa fábrica de conservas de Matozinhos, 40 mulheres recusaram-se a trabalhar durante uma semana, em meados de março. A reivindicação que as

levou a esta medida, e que foi atendida pela direção da fábrica, dizia respeito ao direito de gozar férias, que não lhes era concedido até então. As conserveiras retomaram o trabalho, mas estão se preparando para nova luta, por aumento de salários, pois ganham apenas uma média de 25 escudos diários, um pouco aumentados por ocasião da safra, graças às 3 e 4 horas extraordinárias que vão fazendo obrigatoriamente quase todos os dias.

## Tenente António Paula

No dia 21 de Junho faleceu em Itu o destacado democrata tenente António Paula, grande amigo do nosso jornal.

Herói da primeira guerra mundial, encontrava-se há muitos anos no Brasil para onde emigrou por ser incompatível com a fascitização das Forças Armadas.

Era casado com a Exma. Senhora D. Eunice Carneiro Paula e são seus filhos: Dr. Camilo Marques Paula casado com D. Esmeralda Martini Paula, D. Maria Helena Paula Motta casada com José Ferreira Motta, Vasco Marques Paula casado com D. Maria de Lourdes Pereira Paula, Fausto Marques Paula casado com D. Elza Marques Paula. Era irmão de D. Maria das Dores Paula Batista, casada com Benjamim Roberto Batista. A toda a família apresentamos as condolências de "Portugal Democrático".

O funeral constituiu uma grande manifestação de pesar a que compareceram dezenas de democratas portugueses entre os quais o escritor João Sarmiento Pimentel, antigo companheiro de armas do tenente Paula.

## A industrialização...

(Continuação da pág. 2)

Será uma autêntica sangria das energias do trabalho, dos recursos nacionais, para mero proveito do grande capital e do imperialismo. Será um desenvolvimento económico realizado de costas voltadas para o país e de que o povo nada beneficiará antes sofrerá pesadas consequências. Quando os fascistas a propósito das exportações de produtos industriais e agrícolas, falam nas divisas que entrarão, deve ter-se bem presente que essas divisas não contribuirão de forma alguma para o melhoramento do nível de vida do povo português. Contribuirão apenas para a acumulação do capital, para o fortalecimento dos grandes monopolistas e do imperialismo, para o prosseguimento da política de repressão e de guerra do governo fascista. O capitalista procura o lucro pelo lucro. Produzir-se-á cada vez mais para exportar, para vender, para obter lucros para aumentar capital. E entretanto os trabalhadores serão cada vez mais explorados a miséria será cada vez maior, os recursos nacionais dilapidados, a independência portuguesa acorrentada por cadeias cada vez mais fortes com que a amarra o imperialismo estrangeiro.

Os monopólios jogam nos acordos de "comércio livre". Jogar nos acordos de "comércio livre" é também, com nova evidência, pôr completamente os interesses do país ao sabor dos interesses do imperialismo estrangeiro.

# Notas e Comentários

(Continuação da pág. 3)

músicas maoistas, de um boneco representando o governador do Hong Kong, sir Hugh Trench. Os agentes da polícia portuguesa assistiram, impassíveis.

Em Lisboa continua a falar-se do clima de compreensão perfeita que reina entre os governos de Portugal e da China Popular, reflexo da tradicional amizade entre os dois povos...

## A LUTA NOS SINDICATOS

A participação cada vez mais intensa dos elementos mais combativos do proletariado na vida dos sindicatos fascistas vem criando, segundo as últimas informações chegadas de Portugal, sérias preocupações às autoridades salazaristas. Efectivamente, a maioria desses sindicatos converteu-se em campo de batalha dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe contra a exploração de que são vítimas.

Em 1964, havia inscritos nos sindicatos nacionais fascistas mais de 1.200.000 trabalhadores, dos quais 757.000 eram sócios e os restantes contribuintes. A importância desses números dá-nos só por si a medida da necessidade de uma ação constante das forças democráticas nesse terreno. Não é uma luta fácil. Nas condições em que se vive em Portugal, sob uma feroz ditadura policial, as batalhas que se travam no seio dos sindicatos fascistas exigem sacrifícios imensos e uma tenacidade constante, pela própria incompreensão que muitas vezes delas têm numerosos setores anti-fascistas. De qualquer modo, é cada vez maior o número de categorias profissionais que vem utilizando os sindicatos como instrumento de combate nas suas lutas reivindicatórias. Aproveitando-se das possibilidades teóricas oferecidas pela lei e pelos estatutos, os trabalhadores procuram forçar as direções fascistas dos sindicatos a

serem interpretes das suas reivindicações e, embora não tenham ilusões a respeito do comportamento desses líderes do Ministério das Corporações, vêm exigindo, e por vezes obtendo, a cedência das instalações sindicais para assembleias em que os problemas coletivos são amplamente debatidos. Por outro lado — como no-lo revela o noticiário dos nossos correspondentes sobre as múltiplas lutas populares em curso — a maioria das grandes concentrações de protesto realiza-se à porta dos Sindicatos.

Pequenas vitórias, para alguns democratas apressados: vitórias significativas para todos os revolucionários que não perderam a confiança nas massas. Cerca de três mil trabalhadores participaram recentemente numa assembleia de bancários. Nela se debateram os problemas mais instantes da importante categoria profissional. Outra virtude não houvesse nessas poderosas concentrações de trabalhadores e o simples fato de que muitos elementos anti-fascistas terçam aí as suas primeiras armas, ganhando experiência e consciência de classe, bastaria para as justificar. A luta sindical está mais do que nunca na ordem do dia.

## A PROPÓSITO DE UM LIVRO

Como os nossos leitores terão verificado pela ampla reportagem publicada no último número de "Portugal Democrático", os anti-fascistas portugueses de São Paulo procuraram, individual e coletivamente, contribuir para o êxito do lançamento da edição brasileira do livro "Angola, Cinco Séculos de Exploração Portuguesa", de Américo Boavida, militante do M.P.L.A. Precisamente porque a obra daquele intelectual angolano mereceu uma acolhida muito favorável da opinião pública brasileira e o seu lançamento se

constituiu numa significativa manifestação de solidariedade à luta do povo angolano pela sua liberdade, o clã fascista português no Brasil e os seus agentes brasileiros reagiram violentamente, desencadeando uma campanha que se desdobrou em várias frentes e usou de várias tribunas. Ao lado de uma onda de propaganda colonialista, repisando os velhos temas, lançaram mão os promotores da referida campanha das armas que tão gratas são ao ditador português: a calúnia, a hipocrisia, o insulto gratuito. A "Voz do Dono" entrou também na dança, acompanhada por um jornaleco fascista que se publica em São Paulo.

Os democratas portugueses do Brasil não se rebaixam a aceitar o diálogo com tal gente. Repelimos com o desprezo que merecem as manobras de cunho policial a que se entregaram os porta-vozes do fascismo. O crocitar de todos esses corvos apenas nos confirmou numa certeza: o lançamento do livro de Américo Boavida foi um serviço prestado à causa do anticolonialismo. Como aliados naturais do povo angolano, orgulhamo-nos de ter podido oferecer-lhe mais uma prova da nossa solidariedade.

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General

Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva

— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —

Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte —

Edifício Centro Comercial —

Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira

— Rua 7 de Setembro, 312 —

Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman

Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira —

Rue Jolly, 77 Schaerbeek —

Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE

— Vinkenstraat 13 — Amster-

dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian

Democratic Association 10 —

Eden Place Toronto 2B —

Ontário

A. dos Santos

7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1

Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica

Portuguesa — Apartado 8287 —

Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casla de

Correio n.º 2.128 — Distrito 5 —

Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro —

Postovni Urad/Indrišská UL

C.14 Štránka 646 — Praha 1

Tehecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de

"Portugal Democrático"

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 2, Place François Villon — Escalier E — La Cour-

venueuse — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191

Sala 2 — Tel.: 37-0933 —

São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na

Editora Gráfica Supertipo Limitada

Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas

Sábados: das 15 às 19 horas

Número avulso . . . . . NCr\$ 0,20

Assinatura anual . . . . . NCr\$ 3,00

ANO XI — N.º 119 — JULHO DE 1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

# O Escândalo dos Passaportes

(Continuação da pág. 1)

co e Social da Organização das Nações Unidas).

3) — A única explicação para esta atitude do regime português fundamenta-se no ato de que estes portugueses são democratas, e deste modo o regime pretende estender até ao

estrangeiro os efeitos da sua política repressiva e atentatória dos direitos fundamentais do ser humano.

Pela Junta Patriótica Portuguesa de Venezuela — A Comissão executiva — António Gomes da Silva — João Lopes — Horácio F. Gradim.

## Repercussão na Dinamarca

Em todos os nucleos da emigração democrática portuguesa multiplicam-se as iniciativas de apoio à campanha de denúncia das arbitrariedades dos consulados fascistas portugueses do Brasil. Como os nossos leitores estarão lembrados, "Portugal Democrático" tem protestado repetidamente contra a recusa de passaportes aos democratas portugueses cujos nomes figuram numa lista endereçada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a todas as missões diplomáticas salazaristas no Exterior.

Em numerosos países estrangeiros as declarações feitas em São Paulo pelos democratas atingidos e principalmente a denúncia enviada à Comissão dos Direitos do Homem pela Unidade Democrática Portuguesa alcançaram a mais ampla repercussão. Da Dinamarca, por exemplo, o conhecido jornalista Halldór Sigurdsson — grande amigo do povo português — dedicou ao caso judiciosos comentários num extenso artigo publicado no "Politiken", de Copenhague (245.000 exemplares diários). O referido artigo, que será por nós reproduzido tão logo nos chegue a sua tradução, foi também publicado em jornais da Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia.



# Ainda a visita do Papa a Fátima

Publicamos abaixo mais alguns documentos sobre a recente visita a Fátima do Papa Paulo VI e que tão variadas reações despertou, tanto no plano nacional como no internacional. O primeiro desses textos, embora assinado por um grupo de personalidades democráticas que se vem distinguindo pela moderação dos seus propósitos e da sua linguagem, foi, como outros, vetado pela censura, que se opôs à sua publicação nos jornais.

## AOS PORTUGUESES!

Reproduzimo-lo, a seguir, na íntegra:

A vinda a Fátima do Papa Paulo VI é um ato que merece o respeito e a compreensão de todos os portugueses, quer sejam ou não crentes.

Vindo como peregrino, numa romagem de fé, a título estritamente privado — e com a intenção confessada de rezar pela Paz — todas as ilações de política interna que porventura se pretendam extrair de uma tal viagem serão não só descabidas como inopertunas.

A esse propósito, há um ponto que todos os comentadores internacionais destacam e que, lamentavelmente, os jornais portugueses foram obrigados a deixar na sombra: a circunstância de Paulo VI não ter escolhido o aeroporto de Lisboa para o desembarque a fim de melhor evitar quaisquer especulações políticas que tomassem como pretexto a sua viagem. No entanto — e apesar do carácter privado da visita ter sido, desde o início, salientado pelo Papa, como aliás o telegrama da Ação Católica igualmente pôs em evidência — a propaganda do regime tem procurado insinuar a idéia de que a vinda de Paulo VI representa um enorme triunfo diplomático para Salazar. Compreende-se a vantagem que o regime procura tirar de uma tal propaganda, precisamente no momento em que o seu isolamento internacional chegou a um ponto jamais atingido! E embora o carácter artificioso da argumentação salte à vista, por evidente, a verdade é que os meios de informação dirigida de que se serve o Governo — e em especial a censura prévia — são de tal forma poderosos e coercitivos que pessoas de boa fé se terão deixado convencer!

Assim, a ambiguidade da situação criada merece um esforço de esclarecimento — quanto mais não seja em razão do respeito que se deve à verdade e em homenagem ao gesto significativo do Papa Paulo VI.

Paulo VI, o Papa do Concílio Vaticano II, seguindo a orientação de João XXIII, foi quem abriu a Igreja ao diálogo com o Mundo: — não poderia nunca, assim, contribuir para reforçar um regime que tem sido sempre a negação do diálogo e impõe há quarenta longos anos, pela força o silêncio a toda a Nação.

Paulo VI, que não hesitou em deslocar-se à ONU, para dessa tribuna universal pregar a paz ao Mundo, — não poderia nunca, portanto, apoiar um regime que, desrespeitando as recomendações reiteradas dessa mesma ONU, persiste numa política de guerra em três frentes, cada dia mais mortífera e vã, "orgulhosamente só", contra a opinião responsável do Mundo e sem ouvir, como lhe cumpria, a opinião do próprio País, que nunca, para o efeito, foi consultado.

Paulo VI, apóstolo da liberdade, que na sua última encíclica, "Populorum Progressio", chegou ao ponto de justificar a "insurreição

revolucionária" nos "casos de tirania evidente e prolongada que ofenda gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudique o bem comum do país", — não poderia nunca encorajar um regime que é a viva encarnação da tirania, uma vez que priva os portugueses dos seus mais elementares direitos políticos e sindicais e que, no seu horror à democracia, nunca sequer se legitimou por um ato eleitoral digno e genuíno.

Nestas condições, se fôsse legítimo extrair qualquer consequência de ordem política da presença de Paulo VI em Portugal — e sobretudo pelo que a sua personalidade pública hoje representa no Mundo, e tanto para católicos como para não católicos — seria a de trazer um novo estímulo aos democratas portugueses na sua luta difícil por um Estado de Direito e pelo consequente restabelecimento das liberdades públicas, de forma a criar um clima de convivência cívica em que todos os homens de boa vontade pudessem coexistir e dialogar, quaisquer que fossem as suas crenças ou ideologias.

Mas a viagem de Paulo VI a Portugal não é, nem poderia ser, um ato político. É um ato puramente religioso, que os democratas portugueses respeitam, recusando-se a atribuir-lhe qualquer colaboração política, seja ela qual for.

Paulo VI vem a Fátima a convite do Episcopado Português. Os portugueses não esquecem que, nessa hora, em Fátima, haverá um grande ausente — presente todavia no espírito e no respeito de todos: S. Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes!

A vinda do Papa a Fátima marca uma data na história da Igreja Portuguesa! Que o espírito conciliador penetre de alto a baixo! Que a doutrina proclamada urbi et orbe na Mater et Magistra, na Pacem in Terris e na Populorum Progressio possa ser vivida

pela Igreja, em Portugal, na plenitude da sua pureza espiritual e dimensão humana — são os votos sinceros dos democratas portugueses, nesta hora!

Helder Ribeiro — Alvaro Salama — António Macedo — Arnaldo Veiga Pires — Augusto Sá da Costa — Batista Bastos — Cesar dos Santos — Duarte Vidal — Fernando Assis Pacheco — Fernan-

do Abranches Ferrão — Fernando Homem de Figueiredo — Francisco Salgado Zenha — Gustavo Soromenho — Joaquim Catanho Menezes — Jorge Neto Valente — José Magalhães Godinho — Luiz Francisco Rebelo — Manuel de Azevedo — Mário Cal Brandão — Mário Soares — Raul Rêgo — Teófilo Carvalho dos Santos — Vasco da Gama Fernandes.

## Católicos do Porto definem posição

Um grupo de católicos do Porto tornou também pública a sua posição em face da visita, em documento cuja publicação não foi igualmente autorizada. Nesse documento, depois de aludirem a uma recente declaração do Papa sobre as responsabilidades dos homens da Imprensa, na defesa das liberdades individuais e coletivas, os autores recordam que em Portugal os jornalistas se encontram impedidos de dar cumprimento à missão que Paulo VI lhes atribui. Dirigem-se por isso aos jornalistas estrangeiros vindos a Portugal por motivo da visita papal pedindo-lhes que se façam eco dos anseios da maioria do povo português. E acrescentam:

"Que lhe digam que em Angola, na Guiné e em Moçambique, também morrem milhares de jovens portugueses numa guerra desonrosa e condenada por todos os homens honestos.

Que a maioria do povo português, dos católicos que o são de fato, condenam as guerras coloniais e reconhecem o direito à autodeterminação dos povos dessas colónias.

Que os trabalhadores são perseguidos e presos pelo simples fato de reclamarem salários que lhes permita alimentarem-se e aos filhos.

Que as liberdades políticas e sin-

dicais, foram pura e simplesmente banidas. Que a greve é considerada crime passível de prisão maior de 4 anos.

Que Sua Excelência Reverendíssima D. António, Bispo do Porto foi forçado a exilar-se.

Que vários têm sido os portugueses assassinados pela polícia política.

Que nas prisões políticas se encontram presos centenas de portugueses honestos, cujo crime é o de lutarem pelos mais elementares direitos humanos.

Que existe censura prévia aos livros e aos jornais. Que as próprias encíclicas papais são censuradas e muitas delas proibidas de circular.

Que Aquilino Ribeiro, escritor e jornalista de elevada craveira, foi processado por ter publicado um romance.

Que a Sociedade Portuguesa de Escritores foi encerrada em 1966, a pretexto de ter concedido um prémio literário ao patriota e escritor angolano Luandino Vieira, preso há anos.

Que ainda este ano, a Sede da "PRAGMA" — Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária, fundada e dirigida por católicos, foi assaltada pela PIDE, as suas portas encerradas e presos alguns dos seus diretores. Esta Cooperativa foi fundada no primeiro aniversário da Encíclica "Pacem in Terris", em 1964 e encerrada pela PIDE, precisamente 3 anos depois.

Que o dirigente católico Manuel Serra, se encontra preso numa prisão política.

Que a prostituição, a fome e a miséria, os bairros de lata, as crianças descalças, nuas e famélicas são uma triste realidade na nossa querida Pátria."

E concluem: "Como os Senhores estarão certamente de acordo, silenciando-se tudo isto, a sua visita poderá ser interpretada como sancionamento de uma tal situação, que a grande maioria do povo português repudia e de que é vítima e contra a qual luta há 41 anos. Por isso, como católicos, apelamos de todo o coração para que façam eco do que se disse acima, direta ou indiretamente, a Sua Santidade.

A maioria de todos nós estaremos em Fátima no próximo dia 13. Nas nossas orações pediremos a Nossa Senhora que vos conceda muitas bênçãos e que as vossas inteligências estejam sempre, como salientou Sua Santidade, ao serviço da Justiça, da Liberdade e da dignificação do Homem!

Esses são os nossos mais ardentes votos."

Um grupo de católicos do Porto.



## As Homenagens da Hipocrisia

"Que ainda este ano, a sede da Pragma — Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária, fundada e dirigida por católicos, foi assaltada pela PIDE, as suas portas encerradas e presos alguns dos seus diretores..."

## Palavras de Portuguesas do Uruguai

A União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, por sua vez, en-

viou a Paulo VI mensagem do seguinte teor:

"A União de Mulheres Portuguesas de Uruguai é um núcleo de mulheres de todos os credos políticos e religiosos que, a muitas milhas de distancia da sua Pátria, luta pela liberdade do seu Povo.

Nas primeiras horas deste já tão celebrado mês de Maio, chegamos a notícia, através das agências internacionais, da visita de Vossa Santidade ao Santuário de Fátima, com o objetivo de orar pela Paz no Vietnam e no Mundo. Para todos os portugueses, estamos seguros, a presença de Vossa Santidade no nosso país, será motivo de grande satisfação e muito mais se é inspirada num princípio tão humano. No entanto, nós, as mulheres portuguesas do Uruguai, que apoiamos fervorosamente toda a iniciativa que tenha como fim levar a Paz ao valente, sacrificado e heroico povo vietnamita, estamos convencidas que esta atitude de Vossa Santidade que expressa um alto nível de compreensão da gravidade do momento histórico que vivemos, será seriamente afetada se não levar ao povo português um alto significado de efetividade na luta pela sua própria Paz.

Como é do conhecimento de Vossa Santidade, centenas de mulheres e homens que amam a liberdade jazem nas inóspitas prisões de Oliveira Salazar sem que este governante, que se diz católico, se tenha identificado jamais com os nobres conceitos das magníficas Encíclicas papais.

Todos os dias chegamos-nos denúncias da terrível repressão que existe no Portugal de hoje, acompanhadas de apelos de solidariedade que estremecem os nossos corações e que nos impõem, como mulheres com uma visão global do homem e da humanidade, a obrigação de que todo o nosso esforço, a nossa inteligência e a nossa vontade estejam ao serviço dos nossos compatriotas perseguidos injustamente, assim como da Paz no mundo.

Estimuladas pela Encíclica "Populorum Progressio", de Vossa Santidade, publicada recentemente, considerando que um dos primeiros passos a dar para a conquista da Paz em Portugal e do desenvolvimento integral do seu Povo, será a ANISTIA GERAL para todos os presos políticos, dirigimo-nos a Vossa Santidade, para que faça tudo que esteja ao seu alcance de tal modo que esta aspiração seja uma realidade, transformando a Vossa visita ao nosso querido país numa bênção para o nosso amado Povo e num exemplo dignificante para todo aquele que cre que a hora da ação já chegou.

Bem-aventurado seja Vossa Excelência, Bem-aventurados sejam todos os homens de boa vontade que estão dedicados a que a solidariedade humana seja cada vez mais eficaz."

PORTUGAL DEMOCRATICO  
R. Com. Furtado, 191 — SP, Brasil  
Endergoes de Assinantes